

Área: 2. História Econômica e Economia Brasileira**2.2. História Econômica Geral****Sessões de Comunicações****Título: Interpretações do Brasil: Uma análise comparativa entre as idéias de Fernando Henrique Cardoso e Caio Prado Junior****Diogo Del Fiori¹****Resumo**

Este artigo propõe fazer uma comparação entre a visão de Fernando Henrique Cardoso e Caio Prado Junior, identificando pontos de convergência e de divergência entre as idéias de ambos os autores, focando o papel do capital estrangeiro no Brasil. A convergência das idéias é visível quando são comparadas com a interpretação do PCB, que defende a existência de restos feudais no Brasil e consequentemente uma revolução democrático – burguesa de conteúdo anti-feudal e anti-imperialista com foco na defesa da independência nacional. Para Caio Prado Junior, nunca houve feudalismo e o Brasil sempre esteve sujeito ao imperialismo e Fernando Henrique Cardoso argumenta a relação de dependência da burguesia nacional perante a burguesia internacional. O ponto de divergência entre ambos os autores é o período em que o Brasil é subordinado pelo capital estrangeiro, sendo que para Caio Prado Junior é desde a colonização, com o imperialismo realizando seu domínio e épocas posteriores como a época do império e república e para Fernando Henrique Cardoso a partir da década de 1960 com a instalação das multinacionais e o papel do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico.

Palavras Chave: dependência, burguesia, marxismo

Summary

This article proposes a comparasion between the vision of Fernando Henrique Cardoso and Caio Prado Junior, identifying points of convergence and divergence between the ideas of both authors, focusing on the role of foreign capital in Brazil. The convergence of ideas is visible when compared with the interpretation of the PCB, which asserts the existence of feudal remnants in Brazil and therefore a democratic revolution – bourgeois content of anti – feudal and anti – imperialist with a focus on defense of national independence. For Caio Prado Junior, there was never feudalism and Brazil has always been subject to imperialism and Fernando Henrique Cardoso argues the dependence of the national bourgeoisie against the international bourgeoisie. The point of divergence between both authors is the period in which Brazil is subordinated by foreign capital, and for Caio Prado Junior has since colonization, imperialism with its rule making and later times as the era of empire and republic and Fernando Henrique Cardoso from the

¹ Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1960s with the installation of multinationals and the role of foreign capital in economic development.

Keywords: dependence, bourgeoisie, Marxism

Classificação JEL: B24

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo abordar o papel do capital estrangeiro no Brasil quando são mostrados os pontos que aproximam as idéias de Fernando Henrique Cardoso e Caio Prado Junior quando comparadas com a visão do PCB e as diferenças entre as idéias de ambos os sobre o período e o papel do capital estrangeiro no desenvolvimento do Brasil. Para Caio Prado Junior, o capital estrangeiro não desencadeou desenvolvimento econômico, tomando por base de sua análise épocas que remontam desde a colonização e para FHC, o capital estrangeiro desencadeou desenvolvimento econômico a partir de 1960, por meio das empresas multinacionais que começaram a imigrar para o Brasil com ascensão ao poder do governo militar.

Apesar de originar-se do pensamento econômico de Campinas e da sua ênfase em uma concepção epistemológica endogenista, Lidia Goldenstein (1998) dá um passo adiante com relação a outros autores da mesma escola, que perderam de vista a “dinâmica externa”. A crise da industrialização substitutiva e, a aceitação da burguesia dependente faz com que a autora abra mão das esferas políticas nacionais de decisão, lançando o endogenismo numa encruzilhada que tende a rachá-lo ao meio, onde de um lado, conforma-se um enfoque no qual se inclui Goldenstein (1998), que aceita que os fatores internos percam a sua autonomia e torne-se cada vez mais uma expressão do externo e, de outro lado, se desenha um perfil de pensamento que busca uma nova base social de contornos cada vez mais populares, para afirmar as diretrizes nacionais e regionais de desenvolvimento.

Goldstein considera que, entre os anos 1950 e 1980, o capital estrangeiro é o principal fator de desenvolvimento e o amortecedor dos conflitos internos na América Latina. Goldstein (1998) segue o raciocínio de Fernando Henrique Cardoso e enfatiza o interno dentro do dilema entre desenvolvimento e dependência. Ela afirma que o papel de amortecimento das tensões sociais exercido pelo capital estrangeiro foi modificado na década de 1990. Nas palavras de Goldstein (1998, p.131)

o ciclo de crescimento acelerado nos anos 50, conhecido como nacional - desenvolvimentismo, só teve a duração que teve graças ao financiamento externo que, em diferentes oportunidades, amorteceu as recentes crises do balanço de pagamentos e de inflação. Somente nos anos 80, quando o cenário internacional acelerava as transformações que acabariam por ser conhecidas como globalização, o modelo de crescimento brasileiro se esgotou, e o papel das transformações internacionais neste esgotamento tornou - se decisivo

Segundo Goldstein (1998), as transformações que vêm ocorrendo no âmbito do capitalismo internacional, como a 3ª revolução tecnológica e a globalização financeira evidenciada por meio do movimento de capital internacional, influencia os processos produtivos de certas economias periféricas deixando, portanto, de funcionar como amortecedor dos conflitos internos e ameaçando os padrões de desenvolvimento desses países periféricos. Segundo a autora, a alternativa à crise e o esgotamento do modelo nacional - desenvolvimentista é realizar reformas que abram a economia ao capital externo e a estabilização da moeda. Para a autora é necessário um novo modelo econômico para o Brasil a partir da globalização. Ele se baseia na desregulamentação da circulação de capitais e mercadorias, na privatização e na estabilização monetária para impulsionar os fluxos de capital externo, principalmente produtivos. Nas palavras de Goldstein (1998, p.134):

todo o processo depende da manutenção da economia aberta, para garantir o controle da inflação e da fuga de capitais”. A manutenção da economia aberta exige, por sua vez, a existência de uma moeda forte, para garantir as importações e para impedir ataques especulativos contra sua moeda, ainda frágil. Para obter uma moeda forte, existem dois caminhos: atrair capitais especulativos por meio das elevadas taxas de juros ou atrair capitais produtivos. No primeiro caso, atração de capitais especulativos, trata-se de um caminho perigoso, custoso e de curta duração. Os capitais especulativos saem do país ao perceberem a fragilidade das economias que os estão atraindo. Então, o caminho mais sólido para a solução da crise e do fim do modelo nacional-desenvolvimentista é a reestruturação do capital produtivo e a garantia de uma inserção internacional menos frágil”

A chave da recuperação e da reinserção consiste em obter uma reestruturação produtiva em função das condições de rentabilidade capitalista que exijam os investidores internacionais, procurando mas não impondo, que o novo fluxo desse investimento seja produtivo e não especulativo, como o são na atualidade tendo em vista que na lógica de Goldstein (1998), os setores populares ficam apenas em um segundo ou terceiro plano. Os investidores especulativos ou produtivos virão na medida

em que garantam altas taxas de retorno para operar no país; e isto exige ajustar - se a suas demandas e interesses, e não a do país e de sua população. Não surpreende já que outra saída levaria à ponderação de outras forças sociais e políticas, como os trabalhadores e outras classes sociais oprimidas e exploradas pelo capital.

No trabalho “de volta ao capital mercantil”, Bresser Pereira (1989) cita a obra *Formação do Brasil* de autoria de Caio Prado Junior para argumentar que o Brasil, desde o seu início foi um país capitalista, embora esta visão contradiz com a interpretação da história do Brasil. Esta tese, como outras, foi atribuída a Caio Prado e, posteriormente, foi sendo repetida sem haver uma preocupação por parte dos estudiosos em comprovar sua veracidade. Na realidade, segundo este autor, a dinâmica de ciclos econômicos para exportação nunca permitiu que o capitalismo realmente fincasse pé em solo nacional. Não há feudalismo a ser superado, mas por outro lado a economia brasileira tampouco era capitalista. Assim, segundo Bresser Pereira, Caio Prado salienta que o sentido geral da colonização é fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais, utilizando-se como organização básica de produção a grande exploração agrária capitalista, a *plantation*. Assim, segundo Bresser Pereira (1989), a grande contribuição de Caio Prado Junior foi sem dúvida ter identificado no caráter mercantil do período colonial as origens do subdesenvolvimento brasileiro. Segundo Caio Prado, o caráter mercantil da colonização marcará definitivamente a economia e a sociedade brasileira. Embora já admitisse em 1942 que o Brasil “é um organismo em tranca e ativa transformação”, declara, todavia, que o passado colonial continuará dominante tanto no plano econômico quanto social: “salvo em alguns setores do país que ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado caráter colonial”. É surpreendente, entretanto, que essa mesma visão do Brasil seja reafirmada 24 anos depois, em *A Revolução Brasileira*, não obstante o enorme processo de transformação econômica e social que ocorreu no Brasil, a partir principalmente de 1930. Segundo Caio Prado Junior, dois remanescentes do passado colonial ainda se fazem sentir no presente; o caráter originário da economia brasileira, estruturada para o atendimento de necessidades estranhas ao país e voltado essencialmente para o fornecimento de mercados exteriores; e de outro lado o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas, e que conservam

ainda muito acentuadamente alguns dos traços nelas impressos pela tradição escravista herdada do passado colonial. A grande contribuição de Caio Prado Junior foi sem dúvida ter identificado no caráter mercantil do período colonial as origens do subdesenvolvimento brasileiro. Depois da análise do sistema colonial realizada por um de seus mais notáveis discípulos, Fernando Novais, a tese do caráter mercantil, baseado na acumulação primitiva da colonização brasileira tornou-se definitiva.

Bresser Pereira (1989) ressalta no seu trabalho as principais idéias de Caio Prado Junior acerca de que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos” haveria por força pré - existir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora, tal sistema feudal, semifeudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo, em sua acepção própria nunca existiu entre nós.

2. As teorias vulgares do Marxismo enraizadas no corpo teórico do PCB: Uma análise comparativa com as idéias de Caio Prado Junior

Caio Prado Júnior argumenta que não houve no Brasil um movimento contra os interesses estrangeiros, o que significa que o imperialismo exerceu grande influência desde o Império, o surgimento da república e épocas posteriores. Para reforçar esse argumento, o autor mostra que não existiu feudalismo e, conseqüentemente, uma luta contra a dominação estrangeira e que o país sempre esteve subordinado aos países do centro desde a colonização. Já as idéias do PCB têm por base a luta antiimperialista e anti - feudal, dado que o Brasil teria restos feudais e estaria atrelado à dominação do capital estrangeiro.

As idéias do PCB se constituem a partir de um caráter revolucionário contra a dominação imperialista, que se caracteriza pela ligação entre o capital e as empresas capitalistas. Tais idéias estão vinculadas à situação dos países asiáticos e dos países latino americanos, sendo que para essa corrente, tanto os países asiáticos quanto os países sul - americanos possuem por característica um embrião de indústria, às vezes uma indústria desenvolvida, insuficiente na maioria dos casos para a edificação independente do socialismo. Segundo o PCB, devido a essa caracterização das condições econômicas da América do Sul (onde se insere o Brasil), deveria ocorrer uma luta do povo contra a miséria, o atraso e a ignorância, uma luta contra a exploração e a opressão crescentes, pelo progresso e pela democracia e, principalmente, uma luta pela

independência nacional contra o jugo colonizador do imperialismo norte-americano. Essa teoria defende a transição de uma fase feudal ou semi-feudal para a democracia burguesa e o capitalismo, consistindo em transformações pendentes que tratam de promover e realizar revolucionariamente, na superação dos restos semi-feudais que ainda se incluem, como remanescentes do passado na situação e conjuntura vigentes. Daí a idéia da revolução democrático-burguesa, agrária e anti - feudal. Essa tese e essa teoria nos seus traços gerais, como notada anteriormente, foram inspiradas ou melhor ainda, se baseou fielmente no modelo encontrado na literatura marxista clássica.

Caio Prado Junior afirma que as idéias do PCB não são compatíveis com a realidade do Brasil. O autor enfoca a teoria da transição de um modo de produção para o outro, a partir de Marx, para corroborar esta afirmação. A teoria de Marx sobre os passos em que o sistema iria convergir para o socialismo, partindo do feudalismo para o capitalismo e do capitalismo para o socialismo, não ocorreu no Brasil. Segundo Caio Prado Júnior, a esquerda no Brasil encontrou limitações, pois não conseguiu despertar e mobilizar de maneira efetiva e revolucionariamente fecunda as forças progressistas do país. E assim a ação revolucionária se reduziu de fato a pequenas minorias e se concentrou em acanhadas cúpulas que muito se agitavam dando possivelmente a impressão às vezes e, para aqueles que nelas se envolviam, de grandes acontecimentos. Isso não significa, todavia, que as reformas socialistas ou quaisquer referências ao socialismo, foram propostas.

Diferentemente da Rússia czarista, país atrasado do ponto de vista capitalista e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo, no Brasil não ocorreu o feudalismo. No quadro russo tão fielmente decalcado sobre modelos estranhos e completamente distintos aos países, cuja realidade se procurava interpretar revolucionariamente, introduziu-se unicamente um todo original, isto é, o anti-imperialismo: revolução agrária e antiimperialista, eis o quadro em que se incluiria a conjuntura revolucionária desses países. “Antiimperialista” por ser oposta à dominação das grandes potências “capitalistas”; “agrária” porque se tratava de neles superar a etapa “feudal” em que, em maior ou menor grau, ainda se encontravam. Mas a questão que o autor ressalta é a ausência no Brasil de feudalismo e de restos feudais, logo as idéias de Caio Prado Júnior são opostas às do PCB. Para defender o argumento de que não houve feudalismo, o autor analisa a estrutura agrária do país, englobando o tipo de relação

entre empregado e empregador e o sistema de pagamento dos empregados. Para o autor, se encontra no Brasil algumas vagas e aparentes semelhanças com o feudalismo, como sempre ocorre quando se lidam com essa complexidade extrema, que são os fatos econômicos e sociais onde é quase impossível não se repetirem quaisquer que sejam as situações consideradas e alguns traços comuns.

É na base dessas relações de trabalho e produção que se estabelecem as relações sociais, isto é, de classe ou em outras palavras, a posição respectiva e relativa de senhores e proprietários de um lado, camponeses e trabalhadores de outro. E dessa situação decorre o conteúdo dos conflitos e lutas de classe que vão desembocar e se centralizar na reivindicação camponesa pela libertação da sujeição ao senhor ou proprietário e na livre disposição e utilização da terra pelo trabalhador, sem obrigação para com aquele senhor. Essas lutas e reivindicações da massa camponesa existentes na Europa, de longa data, encontraram sua grande oportunidade somente na fase de transição para o capitalismo. Esse processo não ocorreu no Brasil, dado que nunca existiu feudalismo, segundo a visão de Caio Prado Júnior, como dito anteriormente.

Os países da América Latina, segundo este autor, sempre participaram, desde o início, do sistema capitalista. O capital teria instalado e estruturado a América Latina. As relações entre o imperialismo e os países do Cone Sul, segundo o mesmo autor, são complexas e não existe uma “burguesia nacional”, industrial, que se oponha à burguesia mercantil e ao imperialismo. A presença do capital estrangeiro, para Caio Prado Junior, não é considerada pela burguesia brasileira como “imperialismo”. Se houve resistências, foram isoladas. Entre a burguesia brasileira e o imperialismo pode haver no máximo tensões pontuais. A burguesia brasileira nacional, anti - imperialista e progressista não existiu no Brasil. Ao supor a existência de tal burguesia, o PCB cometeu erros políticos irreparáveis.

A burguesia brasileira é heterogênea quanto a sua origem, mas homogênea quanto à natureza dos seus interesses e negócios. Após a abolição, o sistema capitalista já predominava, se consolidara e uniformizara as relações de produção. Integrado, o sistema leva ao fortalecimento da burguesia, uma classe homogênea e coesa, não cindida por contradições irreduzíveis. O setor agrário e industrial não é antagônico, mas ligados. Por exemplo, o capital que impulsionou a indústria é de origem cafeeira. Os setores industriais e agrários se entrelaçam e conjugam os seus interesses. A burguesia

brasileira não se opõe também ao imperialismo; ela se subordina como um todo ao sistema capitalista. A economia brasileira exportadora organiza-se em íntima ligação e em estreita dependência com o comércio internacional. Os representantes da burguesia brasileira e os do imperialismo entendem-se perfeitamente, já que o Brasil fora uma criação do capitalismo. A burguesia brasileira nacional, antiimperialista e progressista nunca teve realidade no Brasil desde a época do colonialismo. Para reforçar seu argumento da subordinação do país desde esta época, Caio Prado Júnior analisa o estímulo das atividades brasileiras por meio das finanças internacionais. A ação direta dos interesses comerciais estrangeiros já se fazia sentir a muito tempo. Desde a colonização, o Brasil foi integrado à expansão mercantil européia e, exportando para lá os seus produtos primários, produzidos em latifúndios escravistas. A economia brasileira nasceu como grande exploração comercial, criada pelo capitalismo mercantil europeu e voltada para o mercado externo. O Brasil sempre compartilhou do mesmo sistema e das mesmas relações econômicas que deram origem ao mesmo. O escravismo que predominou aqui não é incompatível com este modo de produção. A abolição da escravidão seria a culminação de um modo de produção já implantado desde o início. A substituição da mão-de-obra escrava não afetou a natureza estrutural da grande exploração deste sistema. No Brasil colonial, predominou a grande propriedade rural, que produzia para exportação, e não a pequena propriedade explorada por camponeses. Segundo Caio Prado Junior (1978, p.68):

países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias e depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina. "

Desde aquela época, o Brasil estava envolvido com os empréstimos públicos, que vieram desde os anos da independência e que tiveram tamanho papel na sua evolução, com iniciativas do capital estrangeiro em alguns setores privados (estradas de

ferro, empresas de mineração, linhas de navegação, etc.), com a participação de muitos estrangeiros nas atividades econômicas do país, ocupando sobretudo o comércio e a indústria. A ação dos interesses financeiros internacionais passou a ser progressiva, alastrando-se e infiltrando-se ativamente em todos os setores fundamentais da economia brasileira, até colocá-la inteiramente a seu serviço. O autor destaca o estabelecimento de filiais dos grandes bancos estrangeiros (ingleses, alemães, franceses, norte-americano e outros) na época da colonização e da independência do Brasil e mostra o papel da dominação do capital estrangeiro na década de 1960, dando como exemplo a instalação da indústria automobilística. Mas Caio Prado Junior ressalta que a industrialização no Brasil é de caráter limitado, pois continua engendrada pela dependência colonial. Assim, a indústria substitutiva de importações, dominada pelo capital estrangeiro, não abre muitas perspectivas, sendo um processo limitado. O mercado interno e os capitais industriais são restritos. Sua tecnologia é sempre inferior. As empresas multinacionais produzem no interior para estarem mais próximas de seus consumidores. Assim, o imperialismo pode oferecer ao Brasil a perpetuação do seu estatuto colonial. Porém, Caio Prado Junior defendia a intervenção do Estado na economia, reformando-a e limitando o grau de intervenção das potências imperialistas na soberania do Brasil, com medidas como a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras no Brasil para fora. A interdependência das nações, promovidas pelo imperialismo, seria negativa para o Brasil.

2.1 Uma Comparação teórica entre as idéias de Fernando Henrique Cardoso e do PCB

Fazendo uma análise comparativa entre as idéias de Fernando Henrique Cardoso, sob o enfoque da teoria da dependência, com a teoria do PCB, constata-se que o autor é adepto do marxismo e ao mesmo tempo é contra o marxismo caracterizado como vulgar, que caracterizaria o PCB. Assim, o marxismo não vulgar ressalta a questão da subordinação da burguesia nacional perante a burguesia internacional, sendo este o ponto antagônico entre o marxismo não vulgar e o dito vulgar.

Segundo a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso, constatado a fragilidade dos grupos econômicos num país de periferia, resta investigar se há possibilidade de um desenvolvimento econômico auto-sustentado, sem rupturas com o grande capital internacional; ou se existe espaço para as chamadas revoluções nacionais

- democráticas, numa nação em que a burguesia está umbilicalmente associada ao capital internacional ou dele depende para se inserir no circuito internacional do capitalismo. Ao longo de várias gerações, organizações políticas, movimentos sociais, instituições de pesquisa e, especialmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram partidários desta teoria. Por décadas o PCB condicionou toda sua ação prática na perspectiva de uma revolução nacional democrática. Vale destacar que em alguns momentos da história chegou a existir essa possibilidade, mas ela sempre foi derrotada porque o conjunto de forças que o capital internacional amealhou no interior do país já era suficiente para abortar qualquer perspectiva nesse sentido.

Se no passado essa alternativa já era problemática, com a internacionalização da produção e das finanças, essa perspectiva deixou de possuir a mínima viabilidade prática, a não ser que organizações políticas e setores acadêmicos queiram continuar insistindo num equivoco ou alimentando ilusões de um passado que não volta mais. Portanto, aqueles que insistem neste tipo de saída para o Brasil estão não apenas equivocados quanto ao rumo das transformações no país, como também reivindicam um mundo que existe apenas no imaginário saudosista dos chamados anos dourados – os anos 50 do Brasil.

Nestas circunstâncias, a revolução brasileira é socialista ou não haverá revolução. Isso não significa implantar por decreto o socialismo no Brasil, nem transformar o Brasil em um país socialista. A pergunta que a teoria da dependência faz é por que a revolução é socialista e por que as ilusões nacionais - desenvolvimentistas ou nacionais – libertadoras estão equivocadas? a resposta desta corrente é que o processo de globalização em curso na economia mundial é um dado da realidade e não do retorno. As cartas dessa nova fase do capitalismo estão na mesa e torna-se uma fantasia imaginar uma volta ao keynesianismo nos países centrais ou ao nacional-desenvolvimentismo nos países da periferia, num ambiente de internacionalização da economia. O capitalismo continuará sua marcha para a concentração e centralização ainda maior do capital e os monopólios deverão ampliar o controle sobre a economia mundial. Reivindicar a volta ao mundo idílico dos anos 50, 60 ou 70 é, ao mesmo tempo, uma miragem e também uma confissão antecipada de fracasso perante as novas formas de atuação do capital monopolista internacional.

2.2. Convergência entre as idéias de Fernando Henrique Cardoso e Caio Prado Junior sob a ótica da visão do PCB

Para o completo entendimento da convergência entre as idéias de Fernando Henrique Cardoso e Caio Prado Junior, foi necessário fazer uma comparação entre ambos os autores com as idéias do PCB. Fica fácil observar que os dois autores condenam a visão da revolução democrático burguesa, antiimperialista e anti - feudal defendida pelo partido comunista. Caio Prado mostra, como foi abordada na seção anterior, a estrutura fundiária do Brasil é constituída por relações capitalistas entre empregado e proprietários rurais e não por relações características do feudalismo. Também o autor mostra uma relação de subordinação da burguesia nacional perante o imperialismo desde a época da colônia, exemplificando o investimento do capital estrangeiro em ferrovias, estradas e portos, juntamente com a instalação de bancos estrangeiros. Esta evidência já mostra a visão da subordinação da burguesia nacional perante a burguesia estrangeira. Raciocínio análogo é feito por FHC, exemplificando como fez Caio Prado, que a burguesia brasileira é atrelada aos interesses da burguesia externa por meio do capital estrangeiro. Exemplificando o raciocínio de FHC, a industrialização brasileira foi realizada mediante o tripé: capital privado nacional, capital privado internacional e capital estatal, ressaltando-se que até o final da década de 80 o Estado brasileiro foi o comandante-em-chefe do processo de industrialização, responsável pela construção da infra-estrutura (estradas, portos, hidroelétricas, telecomunicações, siderurgia, entre outros) e por um conjunto de empresas públicas, inclusive no setor financeiro. À primeira vista, parece tratar – se de um capitalismo com acentuado grau de autonomia, em função da forte presença do Estado na economia. No entanto, essa participação estatal foi realizada sob a lógica internacional do capital e serviu muito mais para viabilizar a consolidação dos monopólios internacionais no interior do país do que para estabelecer um processo de desenvolvimento econômico auto-sustentado. Como ilustração, pode-se nominar as transnacionais montadoras de automóveis, que em seu entorno, pelas próprias necessidades do modelo econômico, possibilitou a emergência de uma plêiade de empresas nacionais de autopeças. Apesar de nacionais, o grau de autonomia deste capital era praticamente nulo, uma vez que sua sobrevivência estava ligada diretamente aos negócios das transnacionais.

Em função dessa formação tardia e pela ausência de uma revolução burguesa que pudesse ter realizado as tarefas clássicas desta classe, além dos laços orgânicos entre o capital nacional e o capitalismo internacional, não se viabilizou a formação no país de uma burguesia com um projeto para a nação. Os setores burgueses estruturaram-se de maneira subordinada aos centros internacionais do capital, orbitaram em torno de sua lógica e cumpriram internamente a tarefa de linha auxiliar do capital internacionalizado.

3. O antagonismo das idéias de Caio Prado Junior e Fernando Henrique Cardoso acerca do desenvolvimento Econômico Brasileiro: Um enfoque da subordinação da burguesia Nacional perante a burguesia Estrangeira

O objetivo desta seção é fazer uma análise comparativa entre Fernando Henrique Cardoso, sob o enfoque da teoria da dependência, e as idéias de Caio Prado Júnior.

Fernando Henrique Cardoso foi influenciado pelas idéias de Florestan Fernandes, que ressalta o processo de surgimento da burguesia nacional a partir das oligarquias locais no período da colonização, e da aliança desta burguesia com a burguesia internacional. Esse é o principal ponto da teoria da dependência de FHC.

O ponto de partida das concepções teóricas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, inseridas no marxismo mudado com contribuições da corrente weberiana, é o fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional - desenvolvimentista, que pretendia criar as bases de um capitalismo autônomo na região, idéia essa defendida pela CEPAL nos anos das décadas de 1940 e 1950. Assim, o argumento central parte da crítica estabelecida por Cardoso e Faletto em relação ao estruturalismo cepalino. Segundo esses autores, a perspectiva da CEPAL, ao concentrar sua análise na questão da endogeneização do progresso técnico e da distribuição de renda, acabou incorrendo em um economicismo e em um reducionismo analítico tal que não permitiu que se aclarasse qual era de fato o problema das economias periféricas: a fragilidade concernente a conformação e articulação das estruturas sociais e a forma como seus interesses são representados no interior do Estado. Portanto, o desenvolvimento econômico nos países periféricos dependia de uma estratégia diversa do “desenvolvimento para dentro”, uma vez que as modificações no sistema produtivo ocasionadas por este eram incapazes de resolver os problemas sociais e, conseqüentemente, de se criar uma sociedade dotada de autonomia política e econômica, com distintas condições de ordenar uma proposta de desenvolvimento.

A descentralização da indústria do centro para a periferia por meio do capital estrangeiro traria o desenvolvimento para essas regiões. Isso se fundamenta sobre a produção da mais-valia relativa e não mais sobre o trabalho extensivo (mais valia absoluta). Ruy Mauro Marini é adepto da tese da “superexploração imperialista”, onde o imperialismo condenaria necessariamente as nações dependentes a uma situação de super - exploração e de subdesenvolvimento. A estrutura do comércio internacional, em que os países dependentes exportavam matérias primas e ficavam na dependência dos capitais e tecnologias das potências imperialistas, levava a um desequilíbrio deste comércio entre as nações dependentes e os países centrais. O imperialismo extraía excedente econômico, ou seja, a “mais valia” das nações em desenvolvimento por meio daquela estrutura e internamente as nações subdesenvolvidas, para compensarem sua perda, extraíam elas mesmas este excedente a custa da exploração dos seus trabalhadores e cidadãos, condenando um país como o Brasil a condição de subdesenvolvimento e pobreza. Nos textos de Fernando Henrique Cardoso encontram-se passagens críticas contra Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos no que se refere à elevação da composição orgânica do capital e sua relação com a mais valia relativa na obra de Marx, para comprovar de um lado, a capacidade do capitalismo dependente se desenvolver e, de outro lado, a possibilidade dele estabelecer um pacto social com os trabalhadores que fossem capazes de consolidar a democracia no país, suavizando a escalada dos antagonismos sociais por meio do desenvolvimento tecnológico. A apropriação de mais valia e a superexploração do trabalhador seriam categorias que corresponderiam a etapas embrionárias do desenvolvimento capitalista.

Segundo Cardoso, a maior contribuição da Dependência e Desenvolvimento centrava-se em sua abordagem teórica, isto é, a obra constituía um esboço conceitual e metodológico, cuja novidade apresentada consistia na crítica ao estruturalismo cepalino (dualismo e determinismo econômico), ao estruturalismo-funcionalista, principalmente o etapismo rostowiano e ao marxismo vulgar. A teoria da dependência traz uma nova interpretação da relação de dependência do Brasil, diferente das interpretações abordadas por Caio Prado Junior. Essa diferença sob a ótica da exploração se resume na questão da mais valia, sendo que para a teoria da dependência, o foco é a mais valia relativa e as interpretações anteriores de Caio Prado Junior esta focada na mais valia absoluta. Assim, a dependência da década de 1960 não é a mesma dos períodos

anteriores, que no caso é caracterizada pela forma de superexploração sob a ótica do mais valor absoluto, onde o capitalismo se desenvolve a custa do subdesenvolvimento, super - explorando os trabalhadores de ambas as formas (com ou sem investimentos de capital na produção) e intensificando a participação do trabalho. Como exemplo, Cardoso cita a Rússia, onde o capitalismo desempenhou um papel “progressista”, provocando o desenvolvimento das forças produtivas e dinamizando as relações de produção. Logo, a análise da dependência na época da colonização não tem fundamento, segundo o autor.²

Assim, um dos pontos de divergência entre ambos os autores é o período de análise da dominação do capital estrangeiro no Brasil, sendo para Caio Prado Junior em relação a FHC é mais extenso, englobando desde a colonização, enquanto para FHC o período de análise da dominação do capital estrangeiro ocorre a partir da década de 60.

Cardoso argumenta que em épocas posteriores ao colonialismo, a partir do período do império no século XIX, a nação foi se constituindo pela imposição de algum setor dominante de classe que, utilizando o apoio do Estado, incorporou mercados e impôs lealdades. No caso dos países dependentes da América do Sul, algum grupo economicamente dominante e politicamente dirigente tratou de impor às massas politicamente marginalizadas, culturalmente desprovidas e miseráveis, uma dominação nacional. Daí que o Estado tenha sido o verdadeiro berço da nação. Esse pano de fundo torna complexa a análise do jogo político das classes, especialmente nos casos em que existe um processo de crescimento que se caracteriza pela expansão simultânea do setor público e do setor econômico controlado por consórcios externos. O processo de formação nacional realizou - se com maiores possibilidades de êxito no caso das economias que se organizaram como base agrícola da economia metropolitana. Com efeito, tais possessões foram organizadas em torno de produtos “coloniais”, que no caso eram o açúcar, café, cacau e outros produtos indispensáveis para as economias centrais (Inglaterra) que por razões diversas (climáticas, tecnológicas e outros) não lhes era possível auto-abastecer - se, o que garantia às antigas colônias continuidade de mercado. Portanto, nesse tipo de colônia se constituiu uma elite econômica e política nativa que se apoiava no sistema produtivo local e era mais ou menos idônea para dirigir um

² Nesse ponto, FCH está falando das multinacionais que exploram a mais-valia relativa com aumento de produtividade e não a mais-valia absoluta com aumento da jornada de trabalho e da exploração.

aparato estatal. A ruptura do pacto colonial e a formação dos Estados nacionais implicam, portanto, um novo modo de organização da economia e da sociedade local na América Latina.

Outro ponto de divergência entre ambos os autores é a relevância do capital estrangeiro no Brasil. Conforme descrito na seção anterior, Caio Prado Junior argumenta que as multinacionais instaladas no Brasil não trouxeram progresso para o país, taxando o desenvolvimento do Brasil na década de 1960 como um processo limitado. Para Fernando Henrique Cardoso, o Brasil nos anos de 1960 já realizava uma acumulação industrial capitalista, embora seja um processo dependente. A associação com o imperialismo favoreceu o investimento interno em bens de capitais. Segundo FHC, a indústria brasileira foi capaz de se auto-impulsionar com o apoio do imperialismo. O capitalismo brasileiro, portanto, não tende a estagnação ou ao sub-capitalismo, conforme ressaltou Caio Prado Junior.

4. Considerações Finais

O artigo teve por objetivo fazer uma comparação em tal aspecto entre as idéias de Fernando Henrique Cardoso, adepto da teoria da dependência, e as de Caio Prado Júnior. No Brasil, segundo este, nunca houve restos feudais, o que significa que nunca houve o feudalismo, logo nunca houve uma revolução antiimperialista, que é fruto do feudalismo, como ocorreu na Rússia czarista. Assim, suas idéias são opostas às do PCB, no tocante à questão de igualar as mesmas condições da realidade do Brasil e da América do Sul, com a realidade dos países asiáticos no que se refere à estrutura fundiária. A cartilha do PCB pregava que no país deveria ocorrer uma revolução antifeudal, dado que para essa corrente, a América do Sul e os países asiáticos (no caso a Rússia czarista) possuem características próximas, logo possuem restos feudais. Mas não há um caráter revolucionário da burguesia local brasileira perante o capitalismo externo na visão de Caio Prado Júnior. Ao contrário, o Brasil sempre teve uma burguesia nacional atrelada ao imperialismo mundial, desde a época da colonização e épocas posteriores, como exemplo, o autor cita a participação de capital estrangeiro no investimento de infra-estrutura, tais como portos, ferrovias e também a entrada do setor financeiro nos segmentos estratégicos brasileiro, tais como os bancos, colocando o país a serviço dos seus interesses, mostrando assim, que desde a colônia, o Brasil foi atrelado

a expansão mercantil dos países Europeus, vendendo para lá os seus produtos. Bresser Pereira ressalta que apesar do país ter mudado suas bases políticas e econômicas, alguns resquícios do período colonial ainda permaneceram em épocas posteriores, como exemplo, ele cita as relações de trabalho na agropecuária brasileira, para mostrar as heranças das relações de trabalho escravo da época da colonização e, também o papel desempenhado pelos setores exportadores de produtos específicos do país no mercado internacional, como acontecia na época da colonização. Assim, Caio Prado Junior mostra que o capitalismo sempre existiu no Brasil, desde a época da colonização, o que torna impossível a existência de feudalismo no país, tornando impossível a possibilidade de uma revolução antiimperialista, que é caracterizada como uma revolução democrático-burguesa, agrária e antifeudal, com a presença de uma burguesia nacional não atrelada à burguesia estrangeira, assim, Caio Prado argumenta que a esquerda do Brasil não era organizada a tal ponto de promover a implantação do socialismo no Brasil. De forma semelhante, a teoria da dependência tem por enfoque o período de análise a partir da década de 1960 por ser incompatível com épocas anteriores, tendo em vista que a relação de subordinação do Brasil deve ser via investimentos externos (por meio das multinacionais), que exploram a mais-valia relativa e não via exploração de mão-de-obra para extrair mais-valia absoluta (sendo esse o argumento da teoria da dependência para não analisar o período da colonização como época de subordinação da burguesia nacional). Esta questão da mais valia absoluta foi abordada por Fernando Henrique Cardoso quando ele critica Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que argumentam que a dominação da burguesia internacional iria conduzir o país a uma estagnação e subdesenvolvimento econômico, por extrair mais valia-absoluta, por meio da exploração das nações, que em contrapartida, para compensar sua perda, exploraria sua mão-de-obra. Esta idéia esta refutada por FHC, que argumenta que a valia absoluta era característico apenas das épocas do capitalismo nascente, não sendo observado no Brasil, assim, conforme o autor tinha uma burguesia atrelada aos interesses da burguesia internacional e esta relação de desenvolvimento dependente era possível graças a um possível pacto com trabalhadores capazes de inserir a democracia no país, assim, amenizando atritos sociais por meio do desenvolvimento tecnológico. Lidia Goldstein aborda a questão do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento do país e condena as idéias da CEPAL, que

defende um desenvolvimento auto-sustentável de desenvolvimento econômico por meio da industrialização substitutiva de importação. Como exemplo, ela ressalta a importância do capital estrangeiro para equilibrar o balanço de pagamentos e estabilização da inflação nos anos 50 e estabilizador dos conflitos sociais na década de 1980.

Assim, observa-se que quando o foco da análise é a teoria do PCB, a teoria da dependência e as idéias de Caio Prado Júnior coincidem, ao afirmarem que a burguesia brasileira é subordinada aos interesses do capitalismo internacional e não possui por objetivo uma proposta de revolução anti-feudal e anti-capitalista, conforme as teorias do PCB propõem.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Editorial Paz e Terra, 1975.

_____. A Dependência Revisitada. **As Idéias e seu Lugar**: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

_____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

_____. **Historia Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

GOLDENSTEIN, Lidia. **Repensando a dependência após o Plano Real**. Post Scriptum. 1998.

JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Editora São Paulo Brasiliense, 1969.

_____. A Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1978.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **De volta ao capital Mercantil**. In Maria Ângela D`Incao, História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior. São Paulo. Brasiliense, 1989.